

Dívida paulista poderá ter acordo

Envolvidos na negociação mais de R\$ 20 bi com Banespa e R\$ 5 bi com Nossa Caixa

por Fernando Dantas
de São Paulo

O contrato que regulamenta o acordo entre São Paulo e o governo federal, envolvendo dívidas estaduais de cerca de R\$ 44 bilhões, está perto da assinatura final, que pode ocorrer nos próximos dias. O acordo envolve quitação com ativos (de pequena parte), federalização e refinanciamento subsidiado das dívidas paulistas: mais de R\$ 20 bilhões com o Banespa, mais de R\$ 5 bilhões com a Nossa Caixa, e o restante de dívida mobiliária.

Pelo acordo, São Paulo quitará com a venda de ativos do Estado uma parcela de 20% do valor daquela dívida em 31 de março de 1996, ou R\$ 7,4 bilhões. Os ativos já estão escolhidos: ações de estatais elétricas, a privatização da operação de cargas da Fepasa, e ativos da Ceagesp, empresa estadual de abastecimento e armazéns. A

privatização e a alienação daqueles ativos, em princípio, continua a ser comandada por São Paulo. (Ver pág. B-12).

A principal pendência para a assinatura final do contrato previsto pelo acordo é a publicação dos balanços do Banespa. O último balanço publicado foi o do primeiro semestre de 1994. O governo de São Paulo defende a publicação de balanços de todo o período sem que se provisione a dívida do Estado como perda.

O Banco Central pende para um balanço que provisione a dívida por um certo tempo (o que cria megaprejuízos), e reverta as provisões no final (data do acordo), criando um megalucro, possivelmente o maior da história bancária mundial. A dívida será quitada com títulos federais liquidos, o que corresponde a dinheiro em caixa. Apesar de o resultado final ser quase idêntico



nas duas alternativas (São Paulo e Banco Central), o Banespa pagaria mais impostos se prevalesse a opinião do BC, segundo

técnicos em contabilidade..

A não-publicação de balanços pelo Banespa tem exigido um esforço de explicação por parte do Banco Central ao Federal Reserve (Fed, banco central americano), ao Banco da Inglaterra (BC inglês) e aos reguladores de outras praças financeiras internacionais onde o Banespa tem agências. A situação só é aceita internacionalmente porque o Banespa está sob intervenção do BC brasileiro.

Já está em cerca de 2.000 a adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) do Banespa, cujo prazo foi estendido até hoje. Os interventores do BC querem reduzir o quadro de pessoal em 5.000 pessoas, e demitirão, se necessário. O objetivo é economizar R\$ 20 milhões por mês, para compensar a perda de receita da administração da dívida mobiliária do Estado, que será federalizada.